



COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO

IUT – Internacional Union of Tenants, União Internacional de Inquilinos

AIL – Associação dos Inquilinos Lisbonenses,

21 de janeiro de 2021

O Parlamento Europeu promove a segurança da habitação, acesso e direitos susceptíveis de serem invocados perante os tribunais à habitação condigna – A Presidente da IUT, Marie Linder, afirma tratar-se de uma mudança decisiva em tempos de mercados habitacionais nacionais, liberalização e financeirização: a habitação económica a protecção dos grupos vulneráveis são fundamentais!

Em 21 de janeiro, o Parlamento Europeu votou a favor do **Relatório de Iniciativa “sobre o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos”**. A Deputada **Kim van Sparrentak**, autora do relatório, conseguiu reunir a maioria de votos nas reivindicações por segurança da propriedade, o direito fundamental à habitação e acesso justo à habitação a preços acessíveis.

O Parlamento Europeu votou por maioria a favor do relatório com a seguinte votação: 352 votos a favor, 179 contra, 152 abstenções.

Marie Linder, Presidente da União Internacional de Inquilinos www.iut.nu e da União Sueca de Inquilinos, congratulou-se com a votação, considerando-a como *“gamechanger”* (mudança decisiva) na política europeia:

Este é o sinal que queremos e estas as decisões de que precisamos:

- Protecção do inquilino mediante segurança da locação e contratos de arrendamento de longo prazo como opção padrão em vez de gentrificação e despejos;
- Estabilização, se necessária, do preço das rendas e regulações nacionais claras do arrendamento, em vez de aumentos de rendas e de rendas exorbitantes;
- Políticas habitacionais baseadas no princípio da neutralidade entre os regimes de casa própria, arrendamento privado e arrendamento social, em vez do favorecimento tendencioso da propriedade privada;
- Um Acordo Verde da UE amigo dos inquilinos com neutralidade de custos de habitação após reabilitação e modernização energética dos edifícios (os aumentos de rendas devem ser totalmente compensados pela economia de energia), em vez de

despejos devido a obras de reabilitação energética, e exigindo a participação dos inquilinos nas decisões tomadas;

- Estimular o investimento em habitações sociais e públicas acessíveis em vez do acesso não regulado e ilimitado ao mercado para investidores com fins lucrativos e da financeirização dos mercados por meio da especulação desenfreada e da venda das nossas cidades;
- Apoiar um enquadramento restritivo para o arrendamento de curta duração (ex. alojamento local) na UE. Modificar a “Lei dos Serviços Digitais” para dar oportunidade aos governos nacionais de prevenirem a “turistificação” das nossas cidades, limitação de licenças e políticas de zonamento para salvaguardar o interesse público de acesso habitacional em linha com o recente veredicto do Tribunal de Justiça Europeu²;
- Moratória para permitir o aquecimento no inverno em vez de cortes de energia;
- Implementar o programa “Housing first” (Habitação Primeiro) da Finlândia³ em toda a Europa para abrigar os sem abrigo em vez de os deixar alojados em condições desumanas;
- Eliminar as barreiras ao investimento no direito da concorrência da UE, eliminando a restrição do grupo-alvo elegível para habitação social nas regras dos auxílios estatais da UE e reformando o quadro de governação económica da UE para permitir o investimento maciço em habitação no âmbito dos Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG), em vez de agravar ainda mais a ampla falta de investimento em habitação de 57 mil milhões de euros por ano na UE;
- Proteção dos grupos vulneráveis no mercado habitacional - proteção do inquilino, segurança do aluguer, acesso justo e igual a habitação acessível para grupos de rendimento baixo e médio, por oposição à expulsão para fora das nossas cidades dos trabalhadores-chave, bem como das famílias trabalhadoras pobres e precárias.

A presidente da IUT, **Marie Linder**, afirmou: “O Parlamento Europeu lidera o caminho para alcançar as mudanças profundas e já atrasadas nos mercados imobiliários. Enquanto os governos nacionais ainda acreditam que o mercado resolverá todos os problemas de habitação - com resultados devastadores para o acesso à habitação em toda a Europa e para além dela, o Parlamento da EU mostra o cartão vermelho – parar a especulação e ultrapassar as barreiras de investimento para garantir acesso a habitação adequada e acessível para todos!”

A habitação é a despesa mais elevada relativamente aos rendimentos dos cidadãos europeus. 38% das famílias em risco de pobreza gastam mais de 40% do seu rendimento mensal disponível em habitação. 156 milhões de pessoas na Europa correm o risco de pobreza se os custos de habitação forem tomados em linha de conta - e a situação agravar-se-á com a desaceleração económica provocada pela pandemia.

Conseguir habitação adequada, com eficiência energética e salubre é um objetivo comum da EU e dos governos nacionais.

A Comissão da UE terá de reagir a este relatório de iniciativa e propor as medidas legislativas e financeiras adequadas a acordar e aprovar pelos Estados-Membros da UE. Enquanto que, de acordo com o Protocolo 26 do Tratado da UE (TFUE), o fornecimento de habitação social e a preços acessíveis se mantém e deve manter sob a competência nacional, a Comissão Europeia tem um número substancial de competências relacionadas com o mercado da

habitação, incluindo política monetária, empréstimos, crédito e hipotecas, governação económica para liquidação de dívidas e intervenção em caso de bolhas financeiras e custos públicos de financiamento de habitação social e acessível.

Marie Linder afirma: O momento não poderia ser melhor - a recuperação após a pandemia terá de se concentrar em soluções ecológicas e acessíveis de habitação. A UE deve dar prioridade à “Onda de reabilitação energética dos edifícios do Acordo Verde da UE” no quadro financeiro plurianual (QFP) da UE e dar apoio financeiro substancial na sua prevista “Iniciativa europeia de habitação acessível”.

A presidência portuguesa da UE tem a oportunidade única de, em conjunto com todos os Estados- Membros e a Comissão Europeia, fazer da habitação a preços acessíveis uma das pedras angulares do Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na cimeira a realizar em maio de 2021.

Além disso esperamos, na reunião ministerial da UE sobre habitação em outubro de 2021, uma visão geral dos resultados tangíveis obtidos com base neste relatório do Parlamento Europeu.

Garantir a segurança do arrendamento e mercados habitacionais inclusivos

Romão Lavadinho, Presidente da AIL, Membro Nacional da IUT: “O relatório do Parlamento da EU dá um impulso à nossa iniciativa de controlo das rendas, proteção dos inquilinos e medidas anti especulativas que promovemos em diálogo com o governo nos últimos anos”.

Ele abre a porta a um co-financiamento substancial da UE de iniciativas nacionais de habitação a preços acessíveis e de reabilitação energética dos edifícios e requer que as soluções de habitação a preços acessíveis sejam legal e financeiramente incorporadas nos Programas Nacionais de Recuperação e Resiliência dos Estados Membros da UE.

É hora de todos os governos em todos os níveis políticos cooperarem supranacionalmente com programas financeiros sólidos de longo prazo para resolver um dos piores e fundamentais problemas que enfrentamos em todo o mundo - a falta de habitação adequada e acessível.

Mais informações:

Barbara Steenbergen, chefe do escritório da IUT na UE
barbara.steenbergen@iut.nu, telefone: +32 2 5130784

Romão Lavadinho, Presidente da AIL
+351 917607050

O investimento em habitação económica é possível através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo para uma Transição Justa, InvestEU, ESF+, Horizonte Europa e Next Generation EU, e especialmente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e da Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Plus (CRII+)